



Olhar de Professor
ISSN: 1518-5648
ISSN: 1984-0187
olhardeprofessor@uepg.br
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

DIVERSIDADE E DEFICIÊNCIA: DISCURSOS DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESCOLAS DE ENSINO COMUM

Dias, Érica Fernanda Moreira; Gonçalves, Josiane Peres; Fonseca, Mirella Villa de Araujo Tucunduva da
DIVERSIDADE E DEFICIÊNCIA: DISCURSOS DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O PROCESSO DE
INCLUSÃO EM ESCOLAS DE ENSINO COMUM

Olhar de Professor, vol. 23, 2020

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68464195010>

DOI: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.23.2020.14763.209209226279.0611>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

DIVERSIDADE E DEFICIÊNCIA: DISCURSOS DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESCOLAS DE ENSINO COMUM

Érica Fernanda Moreira Dias

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
erica-fmd@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v23.2020.14763.209209226279.0611>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68464195010>

Josiane Peres Gonçalves

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (CPAN/UFMS), Brasil
josianeperes@zipmail.com.br

Mirella Villa de Araujo Tucunduva da Fonseca

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS),
Brasil
mirella.tucunduva@gmail.com

Recepção: 01 Janeiro 2019

Aprovação: 31 Dezembro 2019

RESUMO:

O objetivo do estudo é refletir sobre as representações sociais de familiares, professores e gestor de uma escola sul-mato-grossense que atende alunos com necessidades educacionais especiais, nos anos iniciais de Ensino Fundamental, sobre o processo de inclusão desses alunos. O referencial teórico inclui discussões sobre diversidade, desigualdade e representações sociais. A coleta de dados foi realizada a partir da elaboração de roteiros semiestruturados, que serviram de base para a realização de entrevistas, as quais foram gravadas em áudio, transcritas e finalmente analisadas. Os resultados apontam que, apesar de as pessoas entrevistadas serem a favor da educação inclusiva, esse processo deve ser mais bem planejado para atingir seus objetivos. Os familiares de crianças com deficiência denunciam que é preciso vencer o preconceito dentro da escola, para que este não se torne um empecilho no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais que estão inseridos em classes de ensino comum.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade, Deficiência, Representações sociais.

ABSTRACT:

This study aims to reflect on the social representations of family members, teachers and managers of an Elementary School in Mato Grosso do Sul that serves students with special educational needs regarding their inclusion process. The theoretical framework includes discussions on diversity, inequality and social representations. Data collection was carried out based on preparing semi-structured scripts that based the conduction of interviews, which were audio-recorded, transcribed, and finally analyzed. Results show that, although the people interviewed support inclusive education, this process must be better planned to succeed. Family members of children with disabilities denounce the need to overcome prejudice within the school, so that it does not become an obstacle in the teaching and learning process of students with special educational needs who are inserted in regular schools.

KEYWORDS: Diversity, Disability, Social representations.

RESUMEN:

El objetivo de este estudio es reflexionar sobre las representaciones sociales de familiares, profesores y gestor de una escuela de Mato Grosso do Sul que atiende alumnos con necesidades educativas especiales, en los años iniciales de la Educación Primaria, sobre el proceso de inclusión de estos alumnos. El referencial teórico incluye discusiones sobre diversidad, desigualdad y representaciones sociales. La recolección de datos se realizó a partir de la elaboración de cuestionarios semiestructurados, que sirvieron de base para la realización de entrevistas, que fueron grabadas en audio, transcriptas y finalmente analizadas. Los resultados señalan que, a pesar de que las personas entrevistadas están a favor de la educación inclusiva, este proceso debe ser mejor planificado para alcanzar sus objetivos. Los familiares de niños con deficiencia denuncian que es necesario vencer el prejuicio dentro de la escuela, para que este

no se convierta en un obstáculo en el proceso de enseñanza y aprendizaje de los alumnos con necesidades educativas especiales que están incluidos en clases de educación común.

PALABRAS CLAVE: Diversidad, Deficiencia, Representaciones sociales.

INTRODUÇÃO

Atualmente o assunto inclusão está muito presente nas discussões dentro da escola, muitos profissionais da educação dizem levantar esta bandeira. Porém nos restam algumas indagações: Será que de fato essa bandeira é posta em prática dentro das salas de aula? Como o professor e a escola se preparam para incluir o aluno com necessidades educacionais especiais? Quais são as representações sociais da criança com deficiência nesse contexto? Essas são questões que tentaremos explanar ao longo desta pesquisa.

Inicialmente devemos pensar como é trabalhada a questão da diversidade nos diferentes aspectos dentro da escola e observar qual deve ser o posicionamento dos profissionais da educação com o tratamento aos diferentes tipos de alunos que a escola atende.

Nesse sentido, percebemos que o posicionamento desses profissionais segundo Martins, Giroto e Souza (2013) deve ocorrer da seguinte forma:

[...] considerando o educando em sua integridade, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais, deveria ser levada em conta, em cada pessoa, a possibilidade de desenvolver-se de acordo com suas atitudes e aptidões, direcionadas à sua inserção na sociedade. Como parte do sistema educativo, sua existência está intimamente ligada a valores e virtudes, condições tais que fazem da educação uma fonte inegotável para melhorar a qualidade de vida das pessoas, condição essencial e passo necessário à tão sonhada construção da autonomia (MARTINS; GIROTO; SOUZA, 2013, p.16).

Dessa forma, devemos considerar que as diferenças em sala de aula devem ser trabalhadas no intuito de positivar o aprendizado, além de valorizar as aptidões de cada aluno, e com o auxílio de todo o corpo escolar, proporcionar situações em que possa ocorrer o ensino aprendizagem do aluno como ressaltado por Martins, Giroto e Souza (2013). O professor deve saber sobre o “[...] desafio de trabalhar na ou para a diversidade, de um lado acarreta uma relação de equipe, de conjunto, de completude, de compartilhar experiências; de outro outorga a possibilidade de dar soluções criativas a problemas comuns”. Nesse sentido, “[...] os professores devem aprender a usar todos os recursos, em particular os humanos, e a trabalhar de modo conjunto com alunos, com seus pais e profissionais especializados” (MARTINS; GIROTO; SOUZA, 2013, p. 19).

Percebemos que o trabalho em equipe, nesse sentido, é muito relevante para o desenvolvimento do aluno, pois quanto mais pessoas com formação especializada se unir neste trabalho mais completo e profundo o mesmo será. Sendo necessário uma carga de trabalho e envolvimento maior, além do fato de ser um momento propício para utilizar a criatividade nas resoluções de problemas cotidianos. Devemos notar também que para pensar a diversidade “[...] é necessário aprender a conviver na diversidade, com as diferenças individuais, de maneira respeitosa e benéfica a todos” (MARTINS; GIROTO; SOUZA, 2013 p. 28). O autor afirma, ainda,

No caso de uma escola que se pretende inclusiva PARA TODOS, é primordial que exista uma cultura a valorizar a diversidade e a considerar uma oportunidade para propor mudanças e reformas, a começar pelo projeto político-pedagógico das práticas adotadas para os processos de ensino e aprendizagem, valorizando as diferenças individuais (MARTINS; GIROTO; SOUZA, 2013 p. 20).

Nessa perspectiva, percebemos o quanto o papel da escola e do educador é importante no processo de diminuição da discriminação escolar a qualquer tipo de diferença, inclusive a deficiência prevenindo também o possível fracasso escolar (BARBOSA, 2014).

Neste contexto de transformação dos sistemas educacionais para a implementação da educação inclusiva, o docente tem um papel fundamental, pois quando a escola se abre para receber todos os estudantes, reconhecendo-os como seres únicos em sua singularidade, essa diversidade, que é parte integrante da condição humana, aponta para a necessidade de a escola dar respostas a todos, indiscriminadamente. Cabe, portanto, aos sistemas de ensino, diante dessa realidade, formar professores capazes

de utilizarem metodologias de ensino que melhor respondam aos estilos de aprendizagem de cada estudante (BARBOSA, 2014, p. 43).

Sendo assim, faz-se necessário para se atingir a qualidade no ensino e o menor índice de fracasso escolar, zelar principalmente pela formação docente “[...], pois os professores têm papel fundamental na melhoria da qualidade do ensino e, consequentemente, no combate ao fracasso escolar principalmente de crianças, jovens e adultos com necessidades básicas e especiais de aprendizagem” (BARBOSA, 2014, p. 43-44).

Pensar a diversidade na escola comporta também pensar o local que a deficiência ocupa nesse espaço, para tanto temos que observar a visão que ela teve em nossa sociedade em momentos anteriores.

Na era pré-cristã, por exemplo, “[...] os deficientes eram colocados à margem e não recebiam qualquer tipo de atendimento. Diante do fato de não se saber lidar com os corpos diferentes, a escolha era a eliminação desses”, percebemos que a morte neste momento era o fim escolhido para aquele que apresentasse alguma deficiência (ZAVAREZE, 2009, p. 1).

No período feudal, durante a Idade Média, as pessoas com deficiência eram associadas, por parte da igreja católica, às condições de pecado. Nesse contexto, “[...] o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido, o que era uma forma de exclusão” (MIRANDA, 2008, p. 30).

A partir do século XVIII, começam a surgir alguns institutos que seriam usados como “depósito” de pessoas com deficiência, e neles “[...] o objetivo era a segregação não existia o interesse no tratamento, cuidado e inserção dessas pessoas na sociedade”, ficando eles mais uma vez à margem da sociedade e ocupando locais ocultos. Isso ocorreu inclusive no Brasil, onde foram criados dois institutos que não tiveram sucesso, em decorrência de sua falta de condições para realizar os devidos cuidados, estes foram o “Instituto meninos cegos” e o “Institutos dos surdos Mudos” (ZAVAREZE, 2009, p. 2).

De acordo com Miranda (2008, p. 31), até esse período, no Brasil, a “Educação Especial caracterizou-se por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade as deficiências físicas”. A autora acrescenta que “com relação a deficiência mental, houve um silêncio quase absoluto”.

Na Idade Moderna, marcada pelo início do sistema capitalista, a ciência, especificamente a medicina, passa a se interessar por questões relativas à pessoa com deficiência e “Apesar da manutenção da institucionalização, passa a existir uma preocupação com a socialização e a educação. No entanto, persistia uma visão patológica do indivíduo que apresentava deficiência, o que trazia como consequência o menosprezo da sociedade” (MIRANDA, 2008, p. 30).

Entre o século XIX e o século XX, houve a criação de “escolas especiais” tendo como intuito promover uma “educação diferenciada” ao indivíduo com deficiência, a fim de integrá-lo ao convívio social e evitar sua “segregação”. Porém, com o passar do tempo, outras entidades assumiram os cuidados desta educação e o governo foi eximindo-se desta responsabilidade, porém, em determinado momento voltou a assumir o controle (ZAVAREZE, 2009).

Nesse contexto, Freitas (2011) destaca que a inclusão de pessoas com deficiência ocorreu enquanto política a partir de 1970, em um momento em que “[...] A busca por um modelo educacional para pessoas portadoras de deficiências, somado ao discurso da igualdade de oportunidade aliada a idéia de educação para todos ganham vigência em um período de transformações políticas sociais e econômicas” (FREITAS, 2011, p. 2143).

Na atualidade, predomina um “[...] movimento da inclusão que ocorre em âmbito mundial”, conforme Miranda (2008, p. 30), que corresponde a uma nova maneira de compreender as pessoas com deficiência, especialmente as crianças, que de excluídas, por suas diferenças, passa a ser valorizada a condição de diversidade e singularidade humana. Ou seja, sob o ponto de vista político, percebemos que, em âmbito escolar, a iniciativa da “integração” de alunos com necessidades educacionais especiais é recente, assim como também é recente a utilização do termo “inclusão”, que foi utilizado apenas nos anos de 1990. Esse surgimento

tardio, e ainda não muito esclarecido aos professores, causa insegurança e falta de informação para lidar com esses alunos.

A falta de informação dos docentes sobre o processo inclusivo e sobre a legislação que garante o direito da pessoa com necessidades especiais em estar na escola é gritante. Não tem clareza quanto à operacionalização de sistemas educacionais de inclusão, necessitam de orientações e assessoria para entender como se dá este processo (FREITAS, 2011, p. 2146).

Uma maior visibilidade e compreensão desse processo seria importantíssimo para possibilitar uma melhor abordagem da temática e qualidade do trabalho docente realizado com esses alunos, tendo em vista o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96 estabelece sobre o atendimento de pessoas com deficiência na educação, em seu Capítulo V, artigo 58, diz respeito ao que deve se entender por educação especial “[...] para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2017, p. 40).

Nesse sentido, podemos perceber que a LDB aborda o que é importante entender como educação especial, dizendo que a mesma deve ocorrer “preferencialmente” no ensino regular e o artigo 59 é destinado a abordar o que o estado tem como obrigação assegurar aos alunos que fazem parte desta modalidade de ensino:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Observamos que a LDB assegura à educação especial e aos seus alunos vários direitos fundamentais, porém nem sempre visualizamos, de fato, estes direitos sendo postos em prática nas escolas e, quando ocorre, geralmente é de forma parcial, porque não há, em muitas situações, qualidade do ensino voltado aos alunos com necessidades educacionais especiais. Podemos citar, por exemplo, o fato de verificarmos ainda na atualidade professores que trabalham nessa área sem cursos de especialização e, nesse sentido, devemos analisar que “[...] a falta de formação, condições de trabalho ou dificuldades em superar os problemas encontrados neste processo, remete o professor a insegurança, causando desconfortos, tudo isso corrobora para uma prática apoiada no medo de não saber fazer” (FREITAS, 2011, p. 2146).

Nesta perspectiva, devemos ressaltar que esses fatores dificultam e muito o atendimento com qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais. Na busca por uma mudança, nesse cenário “[...] é necessário que haja mudança nos projetos pedagógicos dos cursos de formação inicial, eliminando o estranhamento do docente frente ao aluno com deficiência e instituindo novas formas de conceber a identidade destes alunos [...]” (FREITAS, 2011, p. 2146).

Partindo deste pressuposto, vamos refletir em nossa pesquisa sobre quais os discursos voltados às representações sociais são construídos a respeito dos alunos com necessidades educacionais especiais por familiares, professores e o gestor da escola que estudam. Para tanto, vamos explanar a temática das representações sociais para compreender como elas ocorrem.

Nas sociedades modernas, somos diariamente confrontados com uma grande massa de informações. As novas questões e os eventos que surgem no horizonte social freqüentemente exigem, por nos afetarem de alguma maneira, que busquemos compreendê-los, aproximando-os daquilo que já conhecemos, usando palavras que fazem parte de nosso repertório. Nas conversações diárias, em casa, no trabalho, com os amigos, somos instados a nos manifestar sobre eles procurando explicações, fazendo julgamentos e tomando posições. Estas interações sociais vão criando “universos consensuais” no âmbito dos quais as novas representações vão sendo produzidas e comunicadas, passando a fazer parte desse universo não mais como simples opiniões, mas como verdadeiras “teorias” do senso comum, construções esquemáticas que visam dar conta da complexidade do objeto, facilitar a comunicação e orientar condutas [...] (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 21).

Percebemos que as representações sociais se formam na busca de compreender os diversos acontecimentos que ocorrem em nossa sociedade, assim observamos que nas práticas diárias, e no convívio com os outros, nossa mente cria padrões e desenvolve as “teorias” do senso comum”, essas teorias têm entre outros objetivos orientar as condutas, como ressalta Alves-Mazzotti (2008).

Além disso, as representações sociais também nós induzem a realizar julgamentos e tomar posições, no caso das pessoas com deficiência podemos pensar que “[...] sujeitos que partilham uma mesma condição ou experiência social: eles exprimem em suas representações o sentido que dão a sua experiência no mundo social [...]”, dessa forma eles observam como os outros os vêem, “[...] servindo-se dos sistemas de códigos e interpretações fornecidos pela sociedade e projetando valores e aspirações sociais” (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 21).

Outrossim, devemos pensar quais são as atribuições dadas aos alunos com necessidades educacionais especiais pela sociedade que os envolve, para refletir qual a influência que esse fato gera neles, lembrando que “[...] as representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal” (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 27).

Diante do que foi apresentado no referencial teórico, destacamos que o presente estudo tem por objetivo identificar as representações sociais das crianças com necessidades educacionais especiais que estudam em uma escola pública de anos iniciais do ensino fundamental no Estado de Mato Grosso do Sul na cidade de Naviraí-MS, visando observar o atendimento oferecido a elas na política de inclusão escolar atualmente vigente na educação.

METODOLOGIA

Ao pensar sobre o propósito desta pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, realizamos uma averiguação junto a Gerência de Educação da rede municipal de ensino da cidade de Naviraí, no estado de Mato Grosso do Sul, quanto a existência e o número de crianças com necessidades educacionais especiais atendidas por ela. Em outro momento fomos pessoalmente há três escolas, para conferir se os números eram compatíveis com os que a gerência nos forneceu e por fim dentre estas escolas elegemos uma para realizar as entrevistas semiestruturadas, tendo em vista a disponibilidade para a aplicabilidade das entrevistas.

Posteriormente, agendamos horário, de acordo com a disponibilidade da escola selecionada, e então gravamos entrevistas individualizadas com o gestor, os professores e os familiares de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no ensino regular, a fim de identificar as representações sociais que eles criam em torno desses alunos.

Primeiramente buscamos entender como funciona uma pesquisa, tendo em vista que ela é “[...] de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada é absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade”, sendo a forma como esta experiência ocorre aí sim bem pessoal (DUARTE, 2002, p. 140).

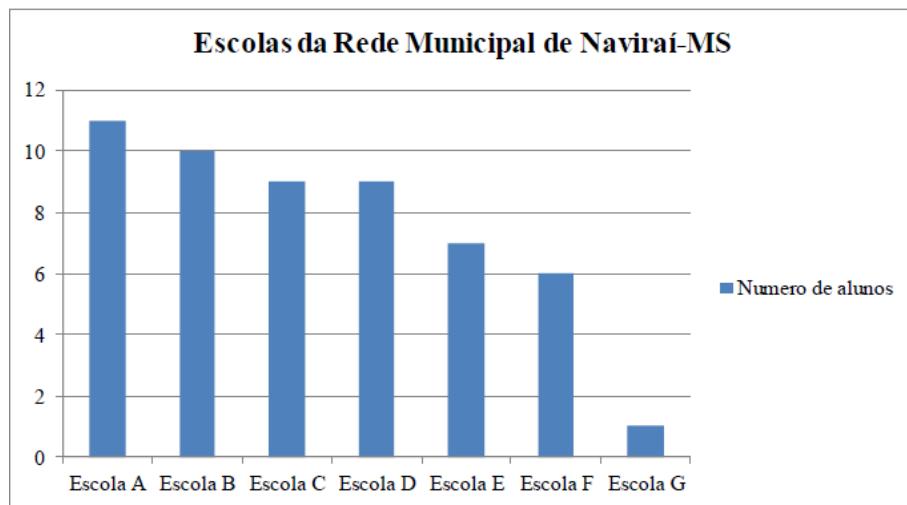
A pesquisa é o ato de ver de forma diferente algo que muitos outros viram antes, mas com finalidades distintas, cabendo ao pesquisador empregar na pesquisa um olhar mais específico sobre o que mais lhe interessar para a pesquisa, sendo assim todos os esforços voltam-se para uma direção com intuito de tentá-la compreender.

Neste sentido, fomos convidados a pensar sobre a escolha da pesquisa descritiva para realização dessa pesquisa, pois

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, p. 42).

Partindo desse pressuposto, optamos por realizar uma pesquisa de caráter qualitativo tendo em vista que “[...] a análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação” (GIL, 2002, p. 133).

Para tanto, realizamos contato com a responsável pelo atendimento das crianças com necessidade educacionais especiais no município de Naviraí - MS, que nos forneceu dados sobre o atendimento oferecido no município com a disponibilização da itinerante¹ para o aluno em sala de aula e a partir destes dados montamos um gráfico com os números recebidos, conforme Quadro 1.

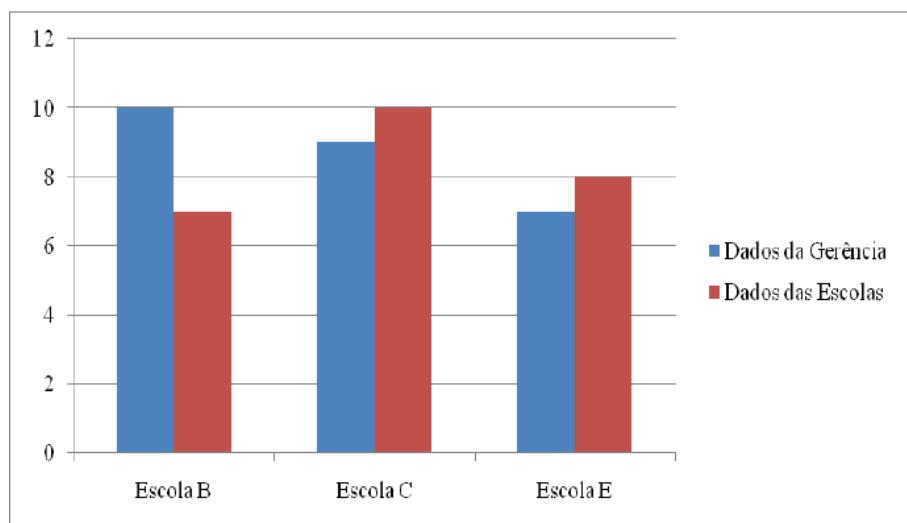


Quadro 1: Atendimento especializado nas escolas da rede municipal de Naviraí

Fonte: Autoras, 2019

No gráfico acima, podemos verificar os dados encontrados nas escolas municipais (não abrangendo escolas rurais, pois às mesmas não atendem nosso público alvo) de acordo com dados obtidos em nossa conversa junto a gerência. Lembrando que esses dados não se referem apenas as crianças com necessidade educacionais especiais (nossa fonte não os tinha separadamente), pois eles incluem também crianças com dificuldades de aprendizagem e transtornos diversos.

Logo, pensamos ser de suma importância ver se os dados obtidos na gerência conferiam com os dados encontrados nas escolas antes de partir para as entrevistas, assim poderíamos observar-se, de fato, a gerência acompanhava de perto o atendimento destinado as crianças com necessidades educacionais especiais, esses dados serão apresentados por meio do Quadro 2:



Quadro 2: Comparativo de dados.

Fonte: Autoras, 2019.

Ao analisar os Quadros 1 e 2, podemos observar que existem números que se alteraram de um gráfico para o outro e, mesmo que a mudança não tenha sido muito drástica, nota-se que há incompatibilidade entre os dados fornecidos pela Gerência de Educação com os fornecidos pela escola. Lembrando que foram considerados os alunos que recebem acompanhamento de auxiliares ou itinerantes e não necessariamente que possuem deficiências.

Após esta fase da coleta e observação de dados, escolhemos a escola na qual iríamos realizar as entrevistas semiestruturadas, usando como critério a sua disponibilidade para contribuir com a pesquisa. Assim, priorizamos a Escola B.

Quanto a opção por utilizar a gravação de entrevistas individualizadas para a coleta de dados, ocorreu por entendermos que “[...] a análise dos dados seja de natureza predominantemente qualitativa” (GIL, 2002, p. 141) e, portanto, as entrevistas seriam mais adequadas para identificar as representações sociais dos participantes.

Nesse sentido, notamos sobre as entrevistas que “[...] à medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso” (DUARTE, 2002, p. 145), possibilitando uma pesquisa mais ampla sobre a temática.

A seguir daremos início à análise dos dados coletados no questionário realizado com a gestora (que por motivos de força maior não pode gravar a entrevista em áudio) e nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os familiares e professores de alunos com necessidades educacionais especiais, tendo em vista observar as representações sociais construídas a respeito desses alunos, assim de acordo com as falas, faremos nossa análise. A seguir consta o perfil dos nossos entrevistados:

Sujeitos	Idade em anos	Escolaridade	Profissão	Atuação profissional	Estado Civil / Dependentes
Gestora	48 anos	Ensino superior - Pedagogia e Pós graduação em Gestão escolar	Professora (26 anos - mesma instituição)	- Diretora há dois anos. - Coordenadora pedagógica por 12 anos.	
Professora A	42 anos	Curso superior Pedagogia	Professora (18 anos - mesma instituição)	Regente I no 2º ano	
Professora B	38 anos	Ensino superior - Normal Superior e Pedagogia	Professora (15 anos - varias instituições)	Regente II no 5º ano	
Mãe A	39 anos	6ª serie (equivalente ao 7º ano na nova nomenclatura)	Do lar		Divorciada/ Dois filhos
Mãe B	40 anos	Ensino superior e pós- graduação	Professora		Casada/ Dois filhos

Quadro 3: Perfil dos Entrevistados

Fonte: Autoras, 2019

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a realização de nossa pesquisa observamos os diversos olhares de nossos participantes sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular e suas perspectivas a respeito dela.

Inicialmente perguntamos as mães A e B se tiveram dificuldades ao inserir seus filhos no ensino regular e as mesmas relataram que não tiveram problemas. A Mãe A (2019) afirma que “foi tranquilo” não houve problemas, enquanto a Mãe B (2019) relata o mesmo e acrescenta que seu filho ingressou primeiro na educação infantil, porém “não teve muito rendimento, no ensino regular não tinha o acompanhamento que nós temos hoje, então ele tava na turma tudo, mas não tinha muito rendimento [...]”, ela ressalta que depois que o filho dela passou a ser acompanhado por uma itinerante ele se desenvolveu e muito, nessa fala a mãe deixa aparente que a falta de acompanhamento interfere no desenvolvimento da criança, além é claro da falta de diversos recursos, como ressalta Freitas (2011).

Deveriam ser implantados programas educacionais levando em conta as diversidades. São poucos os recursos financeiros destinados ao ensino regular. A inclusão somada a escassez de material, profissionais qualificados dificulta ainda mais a implementação de programas educacionais que atendam a clientela escolar. Aqueles com necessidades educacionais especiais deveriam ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer suas necessidades. Todavia a inclusão esbarra em inúmeras dificuldades que não são somente das escolas inclusivas, mas sim da maioria das escolas de ensino regular (FREITAS, 2011, p. 2144).

Nesse sentido, pensando na preparação dos profissionais da educação que receberam essas crianças no processo de inserção no ensino regular, perguntamos a Gestora (2019) se a mesma já havia recebido alguma formação na área da educação especial em momento anterior e a mesma relatou que “[...] sim, já participei em curso de formação oferecida pela UFMS, já participei de palestras e ainda estudo muito sobre o assunto”.

Já para as professoras perguntamos se haviam recebido alguma orientação ou informação a respeito da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, a Professora B (2019) afirma: “a gente já vem recebendo isso há muito tempo né, que eles iriam vir pra escola né, a gente estuda sobre a inclusão que terá [...] Eu acredito que tecnicamente todas né, que a gente entende, o duro é você viver na prática lá na sala né”. A Professora A (2019) lembra: “a minha formação, o que eu tenho é só daqui eu fui buscar na, na graduação, mas assim que a própria instituição oferece nunca participei assim específica não”.

Quando indagamos as mães sobre como a escola se posicionou para atender a criança, se prepararam algum espaço, ou se fizeram algum arranjo diferente, a Mãe A (2019) diz o seguinte: “não, a Valentina² ela é enturmada junto com as outras crianças, não faz a diferença de colocar ela separado é tudo junto”,

aparentemente ela não compreendeu ou não tem informações sobre como se dá o processo de inclusão na prática e que mudanças tem que ser feitas para atender melhor o aluno com deficiência. Já a professora da filha dessa mãe supracitada, aqui identificada como Professora A (2019), diz o seguinte:

Implica, porém, não negativamente, esta aluna deste ano a Valentina, ela deu um show na semana das crianças, foi ver a autoestima dela, a alegria dela, a liderança dela, apesar de tanta limitação dela, da participação dela na semana da criança assim, fora da sala de aula, como pra mim foi gratificante, foi encantador [...] então ali eu vi uma criança que dentro da sala de aula tem outras limitações, mas na hora que coloca ela de igual para igual, pra, com as outras crianças ela consegui se superar né [...] você ficava assim encantada de ver, você falava pra você mesmo, você não tem problema né, olha que tudo aquela criatura, é ela foi assim, ela foi uma criança grandiosa na, nas atividades no desenvolver das atividades.

A Mãe B (2019) relatou: “[...] meu filho em todos os anos que estudou aqui na escola ele tem tido esse acompanhamento, esse, faz dez anos que o Ricardo³ está aqui”, enquanto que a professora B (2019) afirma que, “muda por que eles precisam de seu apoio ali, do lado”. A fala da Gestora (2019) vem para complementar: “sim, o processo de adaptação requer mudanças tanto no acolhimento como na permanência deste indivíduo”.

De modo geral, observamos que a maioria de nossas participantes tem conhecimento de que algumas modificações precisam ser feitas para o melhor atendimento dos alunos com necessidade educacionais especiais, mas temos que refletir se são oferecidos os recursos necessários para que os profissionais da educação trabalhem neste sentido.

Também perguntamos à todas as participantes se pensavam que a política de inclusão escolar deveria continuar sendo implementada e todas as respostas foram afirmativas, com algumas ressalvas. A Gestora (2019) argumentou que “[...] sim, mas deve haver uma cultura de acolhimento, formação e recursos para isso”. Tais desafios também são ressaltados por Martins, Giroto e Souza (2013, p. 45), ao afirmar que:

A Educação em nosso país enfrenta o desafio de transformar o sistema de ensino instituindo escolas inclusivas. Em foco estão as considerações sobre como atender às pessoas com deficiência, respeitando suas necessidades especiais, e sobre a melhoria da qualidade do ensino oferecido para esse grupo, que envolve mudanças estruturais nas instituições, qualificação profissional e reestruturação dos serviços e práticas pedagógicas.

Enquanto isso a professora A (2019) afirma: “[...] com certeza eu acredito que quando você abre o leque [...] em nos incluir qualquer um de nós ditos normais, nós temos algo a aprender né, então assim não pode nos podar essa chance né [...]”, e ela continua dizendo: “[...] talvez até agora a eles não foram oferecidas situações suficientes ainda para eles avançarem, mas isso não quer dizer que a partir de agora não podemos oferecer e isso acontecer”. Já a mãe do menino salienta:

A questão da inclusão escolar não só deve como tem que ser, mas não só para o professor especialista na educação espe... da educação especial, mas sim pra todos principalmente para o professor das... dos anos regulares, porque esse professor muitas vezes recebe o aluno em sala de aula, mas não teve nenhuma formação antes pra falar você vai fazer assim ou assim, não o que tem nos cursos de formação é pouco, nos cursos de graduação o que fala sobre educação especial é pouco perto da realidade em sala de aula. Todos esses anos de... lecionando eu sempre tenho alunos na sala de aula e eu falo pra você, eu já tive situação de ter dois DI lá na sala de aula e pra cada um ter que fazer um planejamento, pra cada um ter uma situação, porque o aluno precisa dentro da sua realidade não da realidade as vezes de um... de uma teoria apenas, você tem que ver o contexto do aluno e muitos colegas nossos não estão preparados pra isso, não estão preparados muitas vezes pra ver o aluno as vezes até fracassar, porque nós professores estamos acostumados a ver o aluno aprendendo e vai, e rápido e muitas vezes nós esquecemos deste lado e queremos que ele veja um todo (MÃE B, 2019).

Observamos que pelo fato de ser professora, esta mãe também pode contribuir consideravelmente sobre a temática, acrescentando as experiências que já teve em sala de aula, lembrando inclusive do fracasso escolar, o qual muitos professores não estão preparados para lidar.

Também foi questionado se na opinião das participantes a experiência de ter alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular poderia aumentar as possibilidades de melhoria no sistema educacional como um todo, a maioria das entrevistadas responderam que sim. A Mãe A (2019) foi incisiva:

“Sim! Com certeza”. A Gestora (2019) disse: “Sim, mas deve haver uma cultura de acolhimento, formação e recursos para isso”. A professora B (2019) salientou: “Depende. Eu acho que a nossa busca é para que melhore né. Para que melhore, é preciso ter na escola psicólogos, psicopedagogos, pessoas que possam te ajudar, pessoas que possam te auxiliar para mudar essa situação”. No entanto, ela continuou dizendo que: “Acho que pode melhorar, mas o sistema tem que mudar [...]. Nesta perspectiva, a professora A apontou um fato que ela considera importante.

Olha o que eu acho realmente que melhora é com políticas públicas, é gente pensando no bem comum, quando a pessoa que é colocada lá ela pensa no bem comum e não pensa em colocar lá por que é do partido tal, por que é de situação tal, a cadeira tem que ser direcionada pra tal, aí sim a gente consegue visualizar avanços né [...] mas isso eu acredito que sim, eu acredito que quando tem pessoas que ta ali, que é engajado naquela causa, que tem aquele olhar, que tem aquela experiência, que tem aquela visão, eu acredito que há, que há melhorias né (PROFESSORA A, 2019).

Se, por um lado, essa professora em seu relato aponta o que para ela se mostra importante que seriam políticas públicas elaboradas pensando no próximo, pessoas engajadas em causas que conhecem a experiência. Por outro lado, a mãe B, ao expor seu ponto de vista enquanto professora, pontuou:

[...] eu tenho que pensar na minha sala de aula como um todo, tentar viabilizar a sala de aula pra que todos aprendam, aquele que não precisa do professor, porque tem aqueles que não precisa de professor pra aprender, vão sozinho, aquele que precisa você fazer uma piada, você fazer uma gracinha, fazer algum... pra aprender, aquele que vai ter o laudo, e que você vai olhar pro laudo e olhar pra criança e falar não, não é a mesma coisa, aquele que não vai ter o laudo e você vai perceber que é o que precisa do laudo. Então tem que ser para todos, quando um professor abre a sua visão para a educação especial, a sua visão de sala de aula muda no ensino regular, por que ele sai daquela visão rotineira da sala de aula, tem o desafio daquele aluno ali, mas você não pode perder os outros e quando você começa a olhar todos como um único indivíduo, você tem uma preparação melhor para sala de aula (MÃE B, 2019).

Percebemos, ao observar as falas acima, que a Mãe B (2019) acredita, sim, nessa perspectiva, tendo em vista que apesar de ser entrevistada como mãe, ela falou enquanto professora e fez uma análise interessante sobre a possibilidade de ver cada aluno como um indivíduo único e que necessita de devida atenção.

Para que se legitime essa condição, no que tange aos professores e gestores escolares, é desejável a existência de uma formação inicial renovada; e a profissionalização docente, a partir desses novos enfoques, poderá propiciar mudanças nas metodologias de ensinar, na organização das aulas, no planejamento de atividades, nas adaptações curriculares e nos sistemas de avaliação. Nessa formação, bem como na prática docente, há que se enfatizar o respeito à diversidade visando ver e olhar o outro com base em sua singularidade (MARTINS; GIROTO; SOUZA, 2013, p. 19).

Após indagamos se elas achavam que a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais nas escolas traria algum aspecto positivo ou negativo para este aluno, a Gestora (2019) afirma que: “[...] o positivo é o quanto nós profissionais da educação crescemos com a chegada desses alunos. Negativo é a falta de estrutura e apoio a escola” ressaltando que a escola necessita de mais apoio.

A professora B (2019) argumenta: “Depende da deficiência [...] se não incluir ele, ele acaba ficando, por mais que tente, mas ele acaba ficando mais de lado. Hoje ainda até que não né, já tem a professora [...] a itinerante a professora de apoio dai é diferente”, lembrando que sem a devida atenção esses alunos acabam excluídos no processo de inclusão. Nesse sentido a professora A expõe:

Acredito que sim, porém são casos específicos, eu não acredito em inclusão abrir as portas do ensino regular e jogar os alunos da educação especial para dentro da escola, eu não acredito neste tipo de inclusão eu acho que são casos e casos, tem caso que precisa ser analisado, tivemos outro caso de aluno que agrediu professora, agrediu, você passava ele te agredia, esse mundo para ele esse agito de escola, então é casos e casos. Para Valentina fechar ela numa escola dita especial é uma judiação ela precisa estar neste mundo ela precisa estar neste contato, precisa até para nos ensinar a lidar, agora tem outros casos que são mais... eles precisam ter um acolhimento, eles precisam ter um cuidado mais fechado daí quem precisa abrir as portas é a escola especial e a sociedade ir até ela. Então eu acho que são os dois casos. Eu acho que sim, nos precisamos sim ampliar, melhorar, mas existe ainda casos que a escola não está preparada para receber (PROFESSORA A, 2019).

Já as mães apontam como positiva a interação social que essas crianças realizam, o fato de estarem em convivência de igual para igual com outras crianças e ter a oportunidade de aprender, mas também a de ensinar relacionando-se uma com as outras. Contudo, também lembram do lado negativo dessa inserção, a questão do bullying:

Traz algo positivo [...] É que ele vai se sentir né, uma criança familiarizada, vai ter amigos né, vai pode se senti bem né, não vai se sentir excluído da sociedade né, tem tudo isso ai [...] Tem alguma coisa assim, Tipo assim, igual a Valentina, ela tem uma itinerante, só que as vezes ela falta, por que ela também tem que fazer os cursos dela que ela vai ser professora daqui uns tempos né, ai no caso eu acho que eles deveriam substituir ponha uma né, no dia em que ela não vem. E também, ainda tem também aquela... aquela fase assim de crianças que gosta de debochar né, eu acho que os pais também a escola, devia fazer campanha mais sobre o negócio de bullying, é, é, assim fica zombando as pessoas que tem portadoras de necessidade especiais né, eu acho que tinha, devia ter mais umas palestras na escola sobre isso ai (MÃE A, 2019).

O positivo é primeiro a socialização dessa criança é a questão do convívio com o outro porque não é só ele que vai aprender é o outro a turma acaba aprendendo com eles também, é a questão da valorização deste aluno né, no ensino regular. Agora o negativo e isso não é só pra eles e que a nossa sociedade ainda é muito preconceituosa não aceita o diferente e isso não é só com o aluno com necessidades especiais, é com o aluno com necessidades especiais, é com baixinho, é com gordinho, é com cabelo crespo, é com magro demais, então sempre vai ter essa questão do preconceito, mas é por que nós vivemos em uma sociedade preconceituosa [...] É por conta da sociedade, dessa visão de sociedade que insiste em dizer que não tem preconceito no Brasil, sendo que é um país preconceituoso sim (MÃE B, 2019).

Por meio desses relatos, observamos que as mães percebem como positivo a socialização de seus filhos, porém lembram que a questão do preconceito é gritante e que eles estão a mercê de uma sociedade preconceituosa e que a escola é um local de encontros de diferenças. Lembrando que “[...] o ambiente escolar é um lugar que se concentra muitos jovens em processo de formação de identidade. Portanto, a escola é um local propício para que possamos diminuir a discriminação e as diversas formas de preconceito” (LIMA, 2012, p. 37).

Para finalizar, perguntamos se havia algo mais a dizer que ainda não havia sido mencionado, a Gestora (2019) iniciou em tom de apelo para que os governantes “[...] não usem a escola como depósito de crianças com necessidades educacionais especiais, precisamos de olhares voltados para o investimento na parte física, estrutural, material e profissional, sem isso não haverá qualidade de vida para os incluídos nas escolas”. Já a professora A argumentou em tom positivo.

[...] eu acredito que melhorias virão né, igual se a gente olhar pro nosso passado, pra nossa história, pra nossa história a gente vai ver que nós avançamos muito eu acredito sim que futuramente né, nós vamos avançar mais, precisamos de políticas públicas que pensem nessa questão né, que pensem no número de alunos por sala pra essa criança, essa criança precisa ser dada atenção, precisa ter um olhar mais demorado, maior pra ela né, isso só vai acontecer quando houver um número condizente de aluno, de, de profissional dentro da escola pra dar esse suporte, por que hora você chama a família e a família fala coisas pra você, que você fala nossa o problema que eu tenho aqui com ele é menor [...] acredito que a escola ainda possa, a escola ainda é esse espaço né, de mudança, Cortella diz assim que se ela não está boa, se a escola está, se com a escola está ruim é, fica muito pior sem ela, mais ou menos assim, fica muito sem ela e é nisso que eu acredito (PROFESSORA A, 2019).

Uma fala que expressa entendimento de que a realidade escolar não é das melhores, porém muito se avançou e esperamos avançar mais. Contudo, a mãe B acrescenta um ponto muito importante sobre os desafios de se ter um filho com necessidades educacionais especiais, fatores que não chegam até a escola.

[...] a dificuldade para a família que tem uma criança especial em casa não começa quando coloca ela na escola, isso eu já disse até numa outra ocasião, começa no consultório médico [...] o primeiro neurologista que chego pra mim e falou assim olha “ele é deficiente intelectual, ele é deficiente”, é nesse momento que começa toda a dificuldade da família com uma criança com necessidades especiais é nesse momento a partir daí que [...] a família deveria receber apoio, porque muitas famílias se desestruturam a partir daí [...] e isso não chega na escola, isso já começou lá atrás como eu disse no consultório médico. Então precisa de um apoio, precisa de uma política de prevenção né [...] o que precisa saber é o que eu posso ajudar, qual é o meu papel dentro da sociedade e qual é o papel que eu quero pro meu filho, eu sofro muito ainda por que não é só na escola que eu vejo a questão da dificuldade, por que igual aqui na Escola B todo mundo já conhece ele, ele já ta aqui há muito tempo e tudo, então ele tem um bom convívio, mas em alguns lugares que ele vai eu fico muito apreensiva, por que ele tem dificuldade na fala ele as vezes quer se comunicar e não consegue ele sabe o que quer falar, mas fala e as pessoas não entendem e toda a

mãe com... que tem, sente essa necessidade, essa preocupação, mas a mãe com filho especial tem, ela um pouquinho maior (MÃE B, 2019).

Neste relato, podemos observar um fato que, muitas vezes, dentro do contexto escolar fica esquecido que é o momento da descoberta da deficiência e, como esse momento afeta toda a vida do aluno e de sua família, também prejudica seu aprendizado, além é claro das limitações que já são impostas por sua deficiência.

Em suma as discussões apresentadas evidenciam pontos importantes sobre as dificuldades existentes no processo de inclusão e nas representações que gestor, professores e familiares constroem a respeito dos alunos com necessidades educacionais especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, ao fim de nossa pesquisa, que refletir sobre a temática da inclusão dentro do contexto escolar é muito relevante. Desse modo, podemos observar que visualizar aspectos referentes sobre a forma de como a diversidade deve ser pensada dentro da escola e de como o professor deve agir perante essa temática são de imenso valor, além de considerar fatores relativos à maneira como a deficiência foi entendida e encarada socialmente durante um longo período e quais os direitos reservados a pessoa com deficiência hoje dentro da escola.

Também vislumbramos autores que versam sobre as representações sociais no sentido de refletir sobre os discursos e o local que a pessoa com deficiência ocupa dentro da escola. Tendo em vista que nossa pesquisa tinha como objetivo identificar as representações sociais construídas por gestor, professores e familiares de crianças com necessidades educacionais especiais nos anos iniciais de uma escola de ensino fundamental na cidade de Naviraí, Mato Grosso dos Sul.

De modo geral, os resultados obtidos com os dados coletados e as entrevistas realizadas apontaram para o fato de nossas participantes, apesar de serem a favor da educação inclusiva nas escolas, elas realizam algumas ressalvas quanto a sua implementação. Por um lado, os profissionais da educação deixam claro que faltam recursos materiais e até mesmo humanos para se implementar esta medida de forma eficaz. Por outro lado, os familiares ressaltam a importância do papel socializador da política de inclusão, porém não deixam de destacar os desafios encontrados por estes alunos com necessidade educacionais especiais, como no caso do bullying, que costuma ser vivenciado no contexto escolar.

Em síntese, os resultados da pesquisa de campo evidenciam que, apesar de as pessoas entrevistadas serem a favor da educação inclusiva, esse processo deve ser mais bem planejado para atingir seus objetivos. Os familiares de crianças com deficiência denunciam que é preciso vencer o preconceito dentro da escola, para que este não se torne um empecilho no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais que estão inseridos em classes de ensino comum.

Dessa forma, percebemos que muito se avançou na temática inclusão no âmbito escolar, porém há muito ainda para ser feito e que cabe aos pesquisadores, profissionais da educação, familiares e outros segmentos da sociedade se comprometerem com a busca de alternativa para que a escola e a sociedade em geral sejam de fato inclusiva, em relação às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. Revista Múltiplas Leituras, v. 1, n. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008.
- BARBOSA, K. A. M. Representações sociais de professores dos anos finais do ensino fundamental sobre a aprendizagem de estudantes com deficiência em escolas inclusivas. 2014. 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16607/4/2014_KatiaAparecidaMaragonBarbosa.pdf Acesso em 20 de abril de 2018.

- BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf Acesso em 10 de fevereiro de 2018.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 139-154, São Paulo, mar. 2002. Disponível em http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_reflexoes_sobre_o_trabalho_de_campo.pdf Acesso em 22 de março de 2018.
- FREITAS, A. O. Políticas e práticas inclusivas nos anos iniciais do ensino fundamental. p. 2142-2150, 2011.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIMA, J. R. O desafio da escola em trabalhar com a diversidade. *Revista Memento*, v. 3, n. 1, jan./jul. 2012. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4798976.pdf> Acesso em 22 de março de 2018.
- MARTINS, S. E. S. O.; GIROTO, C. R. M.; SOUZA, C. B. G. (Org.). Diferentes olhares sobre a inclusão. Marília - São Paulo, Cultura Acadêmica. Oficina Universitária, 2013. Disponível em https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_08_giroto.pdf Acesso em 02 de fevereiro de 2018.
- MIRANDA, A. A. B. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. *Cadernos de História da Educação*, n. 7, p. 29-44, jan./dez, 2008.
- ZAVAREZE, T. E. A construção histórico cultural da deficiência e as dificuldades atuais na promoção da inclusão. 2009. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0478.pdf> Acesso em 10 de junho de 2018.

NOTAS

- 1 Lembrando que atualmente há na cidade uma parceria entre o Instituto Euvaldo Lodi – IEL e a Prefeitura Municipal de Naviraí, que mantém acadêmicos do curso superior de pedagogia tanto como auxiliares de sala na educação infantil, como também itinerantes para crianças que possuam alguma necessidade educacional especial ou (dependendo do caso) muita dificuldade de aprendizagem.
- 2 Nome fictício para proteger a identidade do discente.
- 3 Nome fictício para proteger a identidade do discente.